



ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2021/2024, realizada no dia quatorze de março de dois mil e vinte e três, sob a condução do Sr. ver. Leandro Máximo Caixeta, presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, que declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às nove horas e quatro minutos. Foi executado o hino de Patrocínio. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz realizou a leitura bíblica. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Leandro Máximo Caixeta, Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Paulo Roberto dos Santos (Panxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. O presidente Leandro Máximo Caixeta justificou a ausência da vereadora Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita). As atas da 3ª e 4ª reunião ordinária de 2023 foram aprovadas por unanimidade e sem alterações. A vereadora Adriana Fátima de Paula Magalhães fez uso da palavra para informar que o vereador Carlos Alberto Silva (Carlão) não pode estar presente a essa sessão em razão de viagem a Belo Horizonte. **Foram apresentados, sem discussão, e encaminhou às Comissões permanentes para emissão de parecer, os seguintes Projetos de Lei: Substitutivo ao Processo de Lei nº 602/2023** - Dispõe sobre o prazo para a retirada pelo proprietário, de equipamentos eletrônicos, máquinas, motores, ateliê de costura e sapataria entregues aos prestadores de serviços de assistência em Patrocínio. (autor: Ver. Roberto Margari) e **Processo de Lei nº 611/2023** – Estabelece a obrigatoriedade de exposição de informações sobre os serviços prestados pelas organizações sociais de assistência social do município de Patrocínio-MG. (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz).

ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL. Substitutivo ao Processo de Lei nº 540/2022 – Institui o Selo Municipal de Agricultura Familiar – SEMAF do município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Ver. Odirlei Magalhães). O processo foi votado e aprovado por unanimidade, com 12 (doze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Paulo Roberto dos Santos (Panxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. O vereador Odirlei José de Magalhães agradeceu a votação dos colegas parlamentares e destacou que o projeto busca valorizar a agricultura familiar do município. **1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Processo de Lei Complementar nº 41/2023 (PLC nº 03/2023)** – Institui o pagamento de "Jeton de

presença" pela participação em reuniões em órgãos de deliberação colegiada previdenciária e fiscal no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Patrocínio – IPSEM; fixa o limite de valor máximo de gratificação por reunião; fonte de custeio e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal) – **com emenda do Vereador Odirlei Magalhães**. O presidente Leandro Máximo Caixeta solicitou a emissão de parecer verbal pelos sobre a emenda nº 01 aos membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação: ver. Prof. Natanael Oliveira Diniz (presidente), ver. José Roberto dos Santos (relator) e ver. Florisvaldo José de Souza (membro). Todos os membros da comissão emitiram parecer pela tramitação do projeto. O vereador Odirlei José de Magalhães defendeu que o servidor já é remunerado pelo salário quando presta serviço dentro do horário de trabalho. Explicou que por isso propôs a emenda. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) explicou que é membro do conselho fiscal e que os conselheiros do IPSEM cumulam essas atribuições com as responsabilidades dos seus cargos. Citou a dificuldade em encontrar membros para o conselho. O presidente Leandro Máximo Caixeta informou ainda que a Câmara tem tido dificuldade de indicar servidores para participarem dos conselhos do IPSEM. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) disse que o pagamento de jetons é legal e ocorre em vários outros municípios. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que, dentro do horário, poderá ser questionado, no futuro, o acúmulo de vencimentos. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que entende que a emenda do vereador Odirlei Magalhães é plausível e que a remuneração dos conselheiros deveria ser até maior. Se mostrou contrário à cumulação de cargo de vereador com cargo de servidor, justificando não ser possível cumular essas funções. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) questionou se ele, como presidente do Conselho Fiscal do IPSEM, poderia votar esse projeto. Orientado pelo setor jurídico da Casa, o presidente Leandro Máximo Caixeta informou que não será possível, porque é caso de suspeição. O vereador Odirlei José de Magalhães destacou que não é contra o pagamento de jetons e que o valor deveria ser até maior, mas que entende que as reuniões deveriam ocorrer fora do horário de trabalho dos servidores. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz informou que as reuniões dos conselheiros devem sim ocorrer no horário de trabalho. Parabenizou o trabalho destes membros. Destacou que o horário da reunião é uma prerrogativa do presidente do conselho. Que é a favor do pagamento dos jetons para todos os conselheiros do Município, não só os da previdência. O vereador Thiago Oliveira Malagoli criticou o aumento dos tributos municipais em porcentagens muito superiores ao da remuneração dos membros dos conselhos do IPSEM. Disse que mais uma vez o Câmara Municipal dá menos e tira mais. Explicou que votará contra a emenda do vereador Odirlei Magalhães, e que entende que

Prof. Natanael Oliveira Diniz

Odirlei José de Magalhães

Prof. Natanael Oliveira Diniz



esses conselheiros podem se reunir a qualquer hora. A emenda foi votada nominalmente e rejeitada, com 08 (oito) votos contrários e 03 (três) favoráveis. Votaram contrariamente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. Votaram favoravelmente os vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz, Odirlei José de Magalhães e Paulo Roberto dos Santos (Paxita). O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) não votou, por ser membro do Conselho Fiscal do IPSEM e estar suspeito. O projeto foi votado nominalmente e aprovado por unanimidade, com 11 (onze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo Roberto dos Santos (Paxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) não votou, por ser membro do Conselho Fiscal do IPSEM e estar suspeito. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) agradeceu aos colegas parlamentares pela votação e disse que isso é o começo para valorização dos servidores. Esclareceu que quando o prefeito assumiu o Executivo em 2017, o IPSEM tinha 32 milhões de reais em caixa, e hoje esse valor passa os 150 milhões, graças ao trabalho dos conselheiros. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que o aumento da arrecadação não se deve ao prefeito, mas ao concurso público que foi realizado. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz destacou que o IPSEM foi salvo pela gestão anterior, que se preocupou em realizar um concurso bem feito. Que os novos servidores efetivos que fizeram o instituto ser superavitário novamente. A vereadora Francisca Carneiro do Santos (Chiquita) compareceu na reunião e justificou que não conseguirá continuar na sessão porque hoje seria o aniversário de 40 anos de seu filho, o ex-vereador Cássio Remis. Disse que é muito doloroso perder um filho como perdeu. Lamentou que seu filho foi morto por defender essa cidade e o que é certo. **Substitutivo ao Processo de Lei nº 591/2023** – Determina que alojamentos, hotéis, pousadas e estabelecimentos congêneres, localizados no município de Patrocínio-MG, disponibilizarem gratuitamente balanças para hóspedes pesarem as bagagens. (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz). O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que o Poder Legislativo municipal pode legislar sobre direito do consumidor local. Explicou a necessidade das balanças em hotéis, para auxiliar hóspedes que posteriormente farão viagens de avião. Que essa balança deve custar 30 reais em sites. O processo foi votado e aprovado por unanimidade, com 11 (onze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Alexandre

Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Paulo Roberto dos Santos (Paxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. Ausente a vereadora Adriana Fátima de Paula Magalhães. O vereador Florisvaldo José de Souza (Valtinho) informou que tem recebido muitas reclamações quanto ao serviço de emissão de carteiras de identidade no município. Que em Patos de Minas isso funciona de forma mais rápida. Que precisam conversar com o prefeito e o delegado a esse respeito. O vereador José Roberto dos Santos (Salitre) disse que, para resolver esse problema, basta ir à delegacia e falar com o delegado. O presidente Leandro Máximo Caixeta disse que é vergonhoso não ter material para confeccionar carteiras de identidade no município. Questionou porque não faltam materiais em outra cidade. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz informou que soube que o problema é da falta de servidores. Pediu que a prefeitura possa ceder mais servidores para confeccionar os RGs. O presidente Leandro Máximo Caixeta disse que saiu na mídia local reclamações nesse sentido. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz informou que entende que a culpa é do governo do Estado de Minas Gerais. Que eles precisam dar a estrutura mínima necessária para a prestação desse tipo de serviço. Que esse é um problema recorrente. Que já pediu, por meio de ofícios, melhorias na emissão desses documentos. Questionou porque tem defasagem de delegados e escrivães na cidade, mas em outros municípios não. Perguntou porque em outros cargos, as pessoas de fora optam por ficar em Patrocínio, mas para esses não. Destacou que a emissão de documentos é um serviço básico. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que já havia comentado em reunião anterior que as filas para emissão de documentos não haviam acabado, e que vereadores discordaram. Que as filas acabaram na porta da delegacia, mas que a espera por agendamento online é grande. Que não sabe qual realmente é o problema que impede a prestação adequada desse serviço. O presidente Leandro Máximo Caixeta informou que pediu para que fosse confeccionado ofício ao delegado pedindo esclarecimentos sobre essa situação, e o colocou à disposição dos demais vereadores que queiram assiná-lo. Disse que as deputadas de Patrocínio precisam ajudar a resolver esse problema. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que o maior problema da cidade é quanto a demora na transferência de titularidade de veículos. Que o número de servidores para realizarem vistorias é insuficiente. Pediu que o prefeito disponibilize um funcionário para fazerem vistorias de automóveis para as delegacias. Solicitou também que a deputada estadual Maria Clara Marra faça tratativas em Belo Horizonte para resolução dos problemas citados. **VOTAÇÃO ÚNICA. Processo de**



Decreto Legislativo nº 41/2022 – “Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Wellington Gomes Nunes.” (autor: Ver. Roberto Margari). O processo foi votado e aprovado por unanimidade, com 12 (doze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Paulo Roberto dos Santos (Panxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. **Processo de Decreto Legislativo nº 42/2023** – Concede o Título de Cidadã Honorária à Tenente-Coronel Marisa Cunha Nunes Rios. (autor: Ver. Thiago Malagoli). O processo foi votado e aprovado por unanimidade, com 12 (doze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Paulo Roberto dos Santos (Panxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. O vereador Odirlei José de Magalhães solicitou que o Requerimento nº 02/2023 fosse apreciado antes da votação das indicações e das moções. O pedido foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, com 12 (doze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Paulo Roberto dos Santos (Panxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. **Requerimento nº 02/2023**, de autoria do vereador Odirlei José de Magalhães solicitando audiência pública para discussão do tema: a construção do aterro sanitário na região de São João da Serra Negra. O vereador Odirlei José de Magalhães realizou a leitura do Requerimento. Solicitou a exibição de vídeo em que apresenta argumentos contrários a construção do aterro sanitário em São João da Serra Negra. Disse, no vídeo, que desde quando tomou conhecimento sobre o assunto, se posicionou contrariamente. Que tomou conhecimento em dezembro de 2022 de que de fato a obra será realizada. Que houve concessão de liminar que concedeu ao Município a posse provisória do espaço em que será construído o aterro sanitário. Que a prefeitura alega que a localização do terreno facilitará a inserção de resíduos urbanos que venham de Municípios circunvizinhos que façam parte do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Que a legislação pertinente diz que o solo para aterros não pode apresentar erosão. Que no terreno em questão já tem ocorrido esse

fenômeno. Perguntou se o local é o ideal para a construção do aterro, tendo em vista a proximidade com empresas de água mineral, de empresas de produção alimentícia e de nascente de água. Informou que procurará a intervenção do Ministério Público do Meio Ambiente. Após o fim do vídeo, alertou a necessidade de se ouvir a comunidade que será afetada pelo aterro. Disse que esta é a Casa do povo, e ele precisa ser ouvido. Pediu que os vereadores deem essa oportunidade à população. Argumentou que nesta audiência, os profissionais envolvidos prestariam os esclarecimentos necessários. Que questiona o porquê da escolha da Comunidade São João da Serra Negra para abrigar o aterro. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que o Diretor do SINE está presente na reunião, e deveria ser dada a palavra para ele prestar os esclarecimentos. Pediu para que o Plenário decida sobre ouvir ou não o representante do SINE. O presidente Leandro Máximo Caixeta disse que colocaria em votação, desde que todos os parlamentares que votassem favoravelmente ficassem até o final da reunião. A solicitação foi votada e aprovada por unanimidade. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) voltou a falar sobre o Requerimento, e questionou porque Patrocínio tem de receber o lixo de outras cidades. Disse que a população deve ser contrária à localização do aterro. Que espera que os vereadores votem favoravelmente ao Requerimento. O vereador Roberto Margari de Souza esclareceu que o estudo sobre o local do aterro sanitário já foi feito. Que a administração municipal tem dado importância ao meio ambiente. Que já houve licitação e escolha da empresa que prestará os serviços de instalação do aterro sanitário. Que o prazo para implantação do aterro é até 2024, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Que o não cumprimento dessa norma impediria o município de receber recursos federais. Que a área escolhida é ideal para execução do projeto. Que serão realizadas audiências públicas pela empresa que executará a obra para discussão do aterro. Que o terreno será impermeabilizado. Que haverá a queima do gás metano. Que a distância do aterro para a cidade será maior do que a distância do lixão atual para a cidade. Que o aterro é grau 3 em risco poluente, e a Pif Paf, que está localizada na mesma região, é grau 7. Que a distância do aterro para São João da Serra Negra é de 4,92 km. Que o lixão que existe na cidade atualmente está a pouco mais de 700 metros do Bairro Amir Amaral. Mostrou no telão do Plenário imagens da situação atual do lixão. Disse que todo o procedimento para implantação do aterro está em fase avançada. Que o serviço realizado no aterro será muito bem feito e com segurança. Que o novo local onde os resíduos da cidade serão descartados não permitirá a poluição do solo. Justificou que, por todos os motivos elencados, será contrário Requerimento do Ver. Odirlei Magalhães. O vereador Odirlei José de Magalhães disse ter conhecimento sobre a necessidade de se acabar com o lixão, e a diferença entre



ele e um aterro. Que mais uma vez não foi respondido o questionamento sobre o porquê de o aterro sanitário ficar localizado na região mencionada. Que muitas pessoas detectaram vícios nesse processo e gostariam da oportunidade de fazerem questionamentos. Mostrou preocupação no fato de a audiência pública mencionada ser feita tardiamente, após a realização de investimentos do Poder Executivo. Disse que a audiência pública que pretendia fazer é diferente da audiência pública que o Executivo realizou em 27 de fevereiro, às 8 da manhã de uma segunda-feira, para tratar do Plano de Mobilidade Urbana. Que pretende fazer uma audiência noturna para que a população participe, não só os funcionários da prefeitura, como ocorreu na audiência retromencionada. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) questionou se o local do novo aterro será o mais apropriado. Informou que é contra a desapropriação feita pela prefeitura no terreno, e que entende que deveriam desapropriar um terreno inservível. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz informou que a empresa que executará o projeto já fez obras semelhantes em mais de 40 municípios de Minas Gerais. Que acredita que essa empresa irá ouvir a população interessada. Que esta é a construção do aterro é uma demanda da sociedade. O Requerimento nº 02/2023 foi votado e rejeitado, com 08 (oito) votos contrários e 04 (quatro) favoráveis. Votaram contrariamente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) e Roberto Margari de Souza. Votaram favoravelmente os vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz, Odirlei José de Magalhães, Paulo Roberto dos Santos (Paxita) e Thiago Oliveira Malagoli. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) parabenizou o prefeito por dar atenção à causa ambiental e construir o aterro sanitário. Informou que o processo licitatório previu que a empresa ganhadora é obrigada a escutar a população. Garantiu que essa audiência pública acontecerá no Plenário da Câmara. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) esclareceu que não há nenhum vereador contra aterro sanitário ou contra o prefeito. Disse que o Chefe do Executivo está fazendo a obra porque é obrigado. Que está cumprindo a uma ordem do Ministério Público. Perguntou qual a diferença entre a Câmara fazer uma audiência pública e a empresa mencionada fazer. Criticou o fato de não permitirem que o povo venha à Câmara dar sua opinião. O vereador Thiago Oliveira Malagoli informou que irá se ausentar da reunião por ter compromisso agendado para às 11 horas da manhã. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz listou as indicações que apresentou essa semana. Disse que espera mais publicidade em relação ao resultado dos recursos do concurso público. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que recebeu muitas reclamações acerca da situação

da Rizzo Park e solicitou que fosse colocado em votação a convocação ao secretário municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte para prestar informações sobre a rescisão do contrato da prefeitura com esta empresa. O presidente Leandro Máximo Caixeta disse que não há necessidade de colocar em votação, e que entraria em contato para que o secretário municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte compareça ao Legislativo. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) pediu que seu pedido seja colocado em votação. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) solicitou que o responsável pela Rizzo Park também seja chamado. A convocação do secretário da SESTRAN e o convite ao responsável pela Rizzo Park foram votados e aprovados por unanimidade. O vereador Odirlei José de Magalhães informou que o nome do gestor da Rizzo Park é Thiago Balbino. Destacou que é realmente interessante convidá-lo porque em entrevista realizada recentemente, chegou a citar o uso de coação e força para retirada de seus funcionários, além da quebra unilateral do contrato. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz esclareceu que só fez a indicação para receber informações de como o crédito disponível no aplicativo será resgatado. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) informou que é importante que ambas as partes venham. Que a Rizzo Park pagou um milhão e meio de reais pela concessão de um ano do serviço, mas que esse contrato venceu há alguns anos. Que não tem informações de quanto ela repassou à prefeitura nesse período. O presidente Leandro Máximo Caixeta realizou a leitura de suas indicações. Colocou as proposições relativas ao Bairro Santo Antônio à disposição do vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca), que fez uso da palavra e aceitou assiná-las. Citou as indicações apresentadas. Disse que o presidente Leandro Caixeta pode assinar a indicação nº 1549/2023 com ele. Solicitou que o secretário de Obras instale bebedouros no Cristo Redentor. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz pediu para que o presidente Leandro Caixeta o autorize assinar a indicação de nº 1553/2023, o que foi permitido. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) destacou seu pedido pela reforma e construção de brinquedoteca na Escola Municipal Elói dos Santos. Citou que há lista de espera pelo atendimento no CMAEE. Frisou na importância desse projeto e o trabalho relevante que seus profissionais têm realizado. Disse ainda que é necessário atenção do Executivo com a Praça da Policlínica. Que a falta de iluminação no local traz riscos à segurança. Que o papel dos vereadores é cobrar, e isso tem sido feito. Que solicitou a retirada da marquise na Escola Municipal Olímpio dos Santos. Que ela pode cair e ferir alguém. Que levanta todas essas causas, mas que a execução depende do prefeito. Que sabe cobrar, mas também reconhecer o grande trabalho que tem sido feito por essa gestão. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) disse que concorda com o vereador Ricardo Balila e que essa



marquise deve ser retirada, inclusive porque evitaria a presença de pombos no local. Reforçou a indicação que já fora apresentada pelas vereadoras Adriana de Paula e Eliane Nunes, em que solicita a reforma da Casa da Menina. O presidente Leandro Máximo Caixeta mostrou preocupação sobre quem está realizando o monitoramento dos olhos-vivos da cidade. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz registrou que recebeu notícias de que esse trabalho tem sido feito pela Polícia Militar. **Foram APROVADAS, em bloco e por unanimidade, com 09 (nove) votos, as INDICAÇÕES e as MOÇÕES DE APLAUSOS abaixo relacionadas.** INDICAÇÕES: De autoria do vereador Prof. Natanael Diniz: nº 1545/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Obras, o recapeamento asfáltico da Rua Pinto Dias, na altura da Escola Municipal Judite Costa; nº 1546/2023 – solicitando juntamente ao DAEPA e ao IPSEM, que promovam concurso público para admissão de pessoal; nº 1547/2023 – solicitando juntamente ao SESTRAN, que dê maiores esclarecimentos sobre os créditos que estão nos aplicativos dos usuários, tendo em visto a rescisão do contrato com a Rizzo Park. De autoria do vereador Paulinho Peúca: nº 1548/2023 – solicitando juntamente ao SESTRAN e à Secretaria Municipal de Obras, a construção de um redutor de velocidade na Avenida Odir Aleixo, em frente ao estabelecimento de nº 1276. De autoria dos vereadores Leandro Caixeta e Paulinho Peúca: nº 1549/2023 – solicitando a substituição da iluminação das lâmpadas de toda a Avenida Marciano Pires por lâmpadas de LED; nº 1554/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras e ao Secretário Municipal de Saúde, a ampliação da UBS do Bairro Santo Antônio; nº 1555/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras, a troca de manilhas da rede pluvial da Avenida Marciano Pires; nº 1556/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras, a construção de uma praça de convivência em anexo à Igreja de Santo Antônio, no Bairro Santo Antônio. De autoria do vereador Ricardo Balila: nº 1550/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal competente, a reforma geral e manutenção necessária na Escola Municipal Conceição Elói dos Santos; nº 1551/2023 – solicitando a construção de um parquinho infantil com brinquedoteca na Escola Municipal Elói dos Santos; nº 1552/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal competente, a construção de um Centro de Educação Infantil (CEI) na comunidade de São Pedro. De autoria dos vereadores Leandro Caixeta e Prof. Alexandre: nº 1553/2023 – solicitando a transferência do PEM (Pré-Escolar Municipal) para o prédio onde funcionava o CIAAP, bem como a transformação desse PEM em um CEI (Centro de Educação Infantil). MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria do vereador Carlão: nº 439/2023 – ao Sr. Jeovanny Queiroz, pelos serviços sociais voluntários prestados ao Município. De autoria do vereador Paulo César (Peúca): nº 440/2023 – à Eliane Maria José de Resende,

eleita e empossada como Coordenadora da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG – Polo Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; e à Andressa Gabriely Borges de Resende, eleita e empossada como Coordenadora da Comissão de Jovens Trabalhadores Rurais da FETAEMG – Polo Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; De autoria do Vereador Paulo Roberto (Panxita): nº 439/2023 – ao ilustre profissional Lázaro Alves de Freitas, pelos relevantes serviços prestados a nossa sociedade. Estavam presentes na chamada final os senhores vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos (Salitre), Leandro Máximo Caixeta, Natanael Oliveira Diniz, Paulo César de Lima Júnior (Peúca), Raquel Aparecida Rezende, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) e Roberto Margari de Souza. **GRANDE EXPEDIENTE.** O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz apresentou vídeo em que mostra vazamento de esgoto no cruzamento entre as Ruas Neuber Veloso com Eduardo Lani. Disse que já foram realizadas reclamações nas ouvidorias municipais, mas que o problema não foi resolvido. Que também enviou ofício nesse sentido. Pediu o apoio dos demais vereadores para resolver esse problema. Também solicitou a atenção do DAEPA e da Secretaria de Obras para essa questão. Informou que recentemente foi vítima de fake News. Que alegou em reuniões anteriores que terceirização é sinônimo de má gestão. Que sua fala tem sido cortada, tirada do contexto e encaminhada em grupos de whatsapp da cidade. Que isso é feito por um profissional mal intencionado do Executivo. Que essa pessoa tem prints do que ele já “curtiu” no Instagram. Que ele “curte” o que quiser nas redes sociais. Que esse indivíduo usou da má-fé e divulgou a fake News em um grupo de professores. Que em Patrocínio agora também tem um gabinete do ódio para divulgação de notícias falsas. Disse ainda que há escolas grandes sem os cargos de vice-diretor, e que isso precisa ser revisto, porque os diretores escolares desses locais estão sobrecarregados. A Sra. Nívea de Ávila França também fez uso do espaço para criticar a fala do vereador que condenou a presença dos cachorros em lanchonetes de praças, alegando que os animais não fazem isso por escolha, mas porque estão abandonados. Disse que sempre haverá animais de rua. Que as pessoas precisam aprender a respeitá-los. Solicitou que os vereadores façam uma visita no Canil para analisar as acomodações e serviços prestados. Informou que esse local não tem condições de receber os animais. Que se os bichos não são cuidados devidamente no local, corre-se o risco de doá-los doentes aos cidadãos patrocínenses. Que os protetores de animais não têm condições de cuidar dos animais como necessitam. Que precisam inserir microchips nos animais resgatados. Que as pessoas que procuram o Canil para adotar precisam ser orientados sobre os cuidados adequados aos bichos. Que o número de funcionários do local é insuficiente. Que não é feita

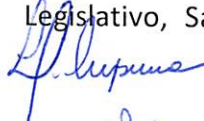


dedetização no Canil. Lamentou que os parlamentares mantiveram o veto do prefeito ao projeto de lei que proibia o uso de fogos com estampido na cidade. Informou que a população está indignada com esse fato. Que os fogos poderiam ser utilizados sem ruídos. Pediu esclarecimentos dos vereadores sobre o assunto. O presidente Leandro Máximo Caixeta esclareceu que o Grande Expediente não é utilizado para questionamento de votos dos parlamentares, mas para exposição do tema proposto. A Sra. Nívea de Ávila França reforçou sua indignação com a votação mencionada. Disse que os parlamentares devem dar satisfação à população. O vereador Odirlei José de Magalhães disse que a Sra. Nívea está na Câmara pela sexta vez cobrando a mesma coisa. Que as coisas nesse setor não melhoraram. Que evita de ir ao Canil, pois percebeu que os funcionários se sentiam constrangidos com sua presença. Que questionou, via ofício, o secretário de Saúde sobre os serviços prestados pelo Canil. Que na comunicação feita, também solicitou informações sobre os canais de comunicação disponíveis relativos ao Canil. Que o local ficou sem telefone durante um período. Que o secretário de Saúde o informou que estava encaminhando os seus questionamentos ao setor competente, mas que até hoje não obteve nenhum outro retorno. Questiona também sobre veículos disponíveis no Canil. Disse que recebeu informações de que estão castrando apenas animais machos, pois existe uma dificuldade em realizar a castração das fêmeas. Que não tem informações sobre o acesso aos serviços prestados pelo local. Que há relatos de falta de medicamentos. Que os funcionários estão sobrecarregados. Sugeriu que seja realizada parceria com o curso de medicina veterinária da UNICERP. Informou que o Canil não tem projeto de esterilização aprovado pelo CRMV. O presidente Leandro Máximo Caixeta esclareceu a Sra. Nívea que o seu intuito ao interrompê-la anteriormente era de fazer cumprir as regras da Casa. A Sra. Nívea de Ávila França pediu que seja marcada uma data para ir junto com os vereadores ao Canil. Os parlamentares discutiram sobre a disponibilidade de todos e decidiram ir ao local ainda hoje, dia quinze de fevereiro de dois mil e vinte e três, às 14:30. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz informou que foi ele quem citou sobre a presença de cachorros no Centro da cidade, mas esclareceu que falou isso preocupado com a questão sanitária, mas sem deixar de reconhecer o trabalho dos protetores de animais. Disse que os vereadores cobram, mas que não têm poderes para salvar o Canil. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) questionou se não ocorreram avanços no Canil Municipal depois da primeira visita que os vereadores fizeram no local. A Sra. Nívea de Ávila França informou que alguns espaços foram construídos, mas que foram insignificativos. Que também pintaram as paredes. Frisou que os problemas continuam. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) destacou que foram feitas muitas melhorias relativas à causa animal. Que até os cavalos

que estavam na rua agora tem lugar para ficar. Parabenizou o secretário de Saúde pelo trabalho que tem feito. Parabenizou o presidente Leandro Máximo Caixeta por abrir espaço para que a Sra. Nívea faça suas reivindicações. Disse que o prefeito ajudou muito o Canil e ainda pode fazer mais. Que o trabalho do prefeito não deve deixar de ser reconhecido. Que os protetores de animais podem contar com seu apoio. O **Sr. Lucas Novaes**, coordenador do SINE Municipal, fez uso do Grande Expediente e disse que o dever do vereador Florisvaldo (Valtinho) é o de fiscalizar, e que antes de criticar, deveria procurar saber o real motivo do que está acontecendo com o setor de identificação. Que o problema desse setor é antigo. O presidente Leandro Máximo Caixeta esclareceu que não se trata de afrontá-lo, mas que os vereadores recebem as reclamações e as expõem no Plenário. O Sr. Lucas Novaes, coordenador do SINE Municipal, disse que entendeu e que está à disposição de todos os vereadores para prestar esclarecimentos. Que o setor de identificação não é de sua responsabilidade, mas da polícia civil. Que o SINE fez parceria com a Polícia, cedendo espaço para o setor. Que o principal problema para emissão de documentos de identificação é a falta de servidores. Que estes precisam ser efetivos e fazerem um curso para desempenhar as funções. Que esse problema estava para ser resolvido, mas o governador Romeu Zema alterou a forma de emitir os documentos de identificação, e que por isso, além de servidores, hoje faltam postos de atendimento suficientes. Que atualmente só tem dois pontos de atendimento no setor. Que a carteira de identidade mudou, e muitas pessoas visam ter um novo documento sem necessidade, o que aumenta a fila de espera. Que além disso, as pessoas tendem a procurar a emissão de identidade no início do ano. Que as duas servidoras que estão no setor atualmente atendem Patrocínio, Cruzeiro da Serra, Serra do Salitre e Guimarães. Que estão aguardando o maquinário do Estado. Que isso já foi solicitado pelo prefeito. Que tem o intuito de trazer uma unidade da UAI para Patrocínio. O vereador Florisvaldo José de Souza (Valtinho) informou que tem recebido reclamações há meses de pessoas que precisam viajar e, para emitir o documento com urgência, têm de se dirigir à Patos de Minas. Que cobraram do prefeito que ceda mais um servidor ao SINE. Questionou em quanto tempo o Sr. Lucas Novaes acredita que o problema será resolvido. O Sr. Lucas Novaes, coordenador do SINE Municipal, disse que em caso de urgência, o cidadão deve procurar a delegacia e justificar, que o delegado marca um atendimento rapidamente. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que ficou confuso com as informações apresentadas. Que seu assessor parlamentar fez uma consulta no portal informado e consta que não existem datas disponíveis para agendamento. Que isso é feito no SINE, não em delegacia, pois o endereço que consta é do SINE. O Sr. Lucas Novaes, coordenador do SINE Municipal, esclareceu que o SINE fez uma

parceria na qual cederam o espaço para que os atendimentos fossem realizados. Que a emissão de documentos é de responsabilidade do MG Cidadão e não do SINE. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) informou que quem deveria prestar esclarecimentos é o delegado, não o Sr. Lucas, e que não sabe o que ele veio fazer aqui então. Que o Sr. Lucas não explicou nada. Que o problema da emissão de documentos acontece há mais de 20 anos. Questionou porque só em Patrocínio tem esse tipo de problema. O Sr. Lucas Novaes disse que está no SINE há dois anos, e perguntou porque o Vereador Paulo Roberto (Panxita), que é vereador a mais tempo, não ajudou a resolver. Que não está no Plenário para fazer campanha política, mas para solicitar uma ajuda. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que se ele não é responsável pelo setor, não tem como ajudá-lo. O Sr. Lucas Novaes informou que será o responsável a partir da assinatura da minuta. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) destacou que quando ele assinar a minuta, deverá voltar à Câmara. Que se estiver ao seu alcance ajudará, mas isso se a prefeitura aceitar sua ajuda, porque não costumam abrir espaço para isso. O presidente Leandro Máximo Caixeta perguntou ao Sr. Lucas se é ele ou o delegado quem responde pelo serviço de emissão de carteiras de identidade. O Sr. Lucas Novaes disse que o acordo para prestação desse serviço pelo SINE ainda não foi formalizado. O presidente Leandro Máximo Caixeta questionou quantos documentos são emitidos para municípios de Patrocínio e quantos são emitidos para as cidades vizinhas. Ainda, perguntou se essas outras cidades não poderiam ceder um funcionário para ajudarem a prestar esse serviço. O Sr. Lucas Novaes informou que não tem acesso aos dados pela parceira com a delegacia de polícia ser apenas “na amizade”. Esclareceu que já solicitaram aos municípios vizinhos a cessão de servidores para ampliarem o atendimento. O presidente Leandro Máximo Caixeta, tendo em vista o fato de a reunião ter ultrapassado as 4 horas previstas no Regimento Interno, solicitou aos vereadores a prorrogação por mais 30 minutos. O pedido foi votado e aprovado por unanimidade, com 10 (dez) votos. O presidente Leandro Máximo Caixeta questionou o Sr. Lucas sobre como é feita a publicidade quanto as informações acerca da emissão de documentos. O Sr. Lucas Novaes explicou que só a polícia civil pode fazer essa divulgação, por ser um serviço de competência legal deles. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que acredita que o problema é culpa da gestão do governo do Estado de Minas Gerais. Que os municípios vizinhos deveriam contribuir com seus servidores para a prestação desses serviços. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) parabenizou a iniciativa e o trabalho que o Sr. Lucas vem realizando. Disse que a deputada Maria Clara Marra vai tomar providência para ajudar a resolver o assunto. O presidente Leandro Máximo Caixeta declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, às treze

horas e vinte e sete minutos, da qual eu, Luís Felipe Nunes Oliveira, Ouvidor Legislativo da Câmara Municipal de Patrocínio e Secretário *ad hoc*, lavrei esta ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em quatorze de fevereiro de dois mil e vinte e três.

 Luís Felipe Nunes Oliveira


Adriana Fátima de Paula Magalhães

Carlos Alberto Silva

Francisca Carneiro dos Santos


Leandro Máximo Caixeta

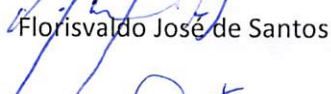

Odirlei José de Magalhães

Paulo Roberto dos Santos


Ricardo Antoni Rodrigues


Thiago Oliveira Malagoli


Alexandre Vitor Castro da Cruz


Florisvaldo José de Santos


José Roberto dos Santos


Natanael Oliveira Diniz


Paulo César de Lima Júnior


Raquel Aparecida Rezende Moraes


Roberto Margari de Souza